

## **Cultura Contemporânea, Cidadania do Medo<sup>1</sup>**

*A violência no Brasil entre o final do século XX e o início do XXI*

Newton Cunha

Começemos por uma rápida definição de violência, apenas repetindo o que de há muito se conhece: que ela constitui uma forma de vínculo humano em que a intenção inicial ou a finalidade buscada passam pelo uso da força – física, psíquica ou institucional -, o que resulta em dano, perda, sofrimento, humilhação ou morte de outra pessoa, então convertida em vítima. Claro que sua extensão social varia enormemente e tanto se manifesta com absoluta evidência, no caso de hostilidades de massa (guerra), quanto de modo íntimo ou reservado, entre apenas duas pessoas.

Para certos autores, como Hobbes,<sup>2</sup> a violência – no caso de uma guerra, por exemplo – pode até mesmo excluir a força real, desde que permaneça uma disposição conflituosa manifesta, geradora de medo ou de angústia (mais recentemente, a *guerra fria* talvez tenha sido uma boa ilustração desse conceito).

Nos tempos que correm, sobretudo na América Latina e na África, a violência urbana não mais distingue formas “clássicas” de exteriorização, como as que poderíamos observar, teoricamente, entre a *guerra* – violência entre Estados ou facções político-institucionais armadas, com propósitos políticos, territoriais, ideológicos ou financeiros, muitas vezes simultâneos; o *crime*

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na coletânea de ensaios *Ética e Cultura*, Ed. Perspectiva, S. Paulo, 2004. Alguns dados estatísticos foram acrescentados nesta versão.

<sup>2</sup> *Leviatã*, Série Universitária, Porto, INCM, 1995.

*organizado* – violência perpetrada por grupos privados armados, com propósitos financeiros imediatos; e a *tortura ou violação* de direitos humanos – violência dos Estados contra indivíduos por motivos frequentemente ideológico-políticos. Tanto isso é verdade que, desde a segunda metade do século XX, *a predominância da violência e das mortes por ela causadas já não ocorre entre corpos militares, mas no enfrentamento entre cidadãos ou entre estes e os corpos policiais encarregados de segurança.*

No Brasil, campeão absoluto nessas estatísticas, assim como no México, na Rússia e nos Estados Unidos, as mortes violentas são as primeiras causas na faixa etária entre 5 e 39 anos (*World Health Statistics Annual*, vários anos da última década do século XX). Segundo os *Mapas da Violência* publicados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), temos os seguintes números no Brasil: assassinatos cometidos em 1980 = 13.910, com percentual de 11,7 pessoas por 100 mil habitantes; em 2010 = 49.932 homicídios, com 26,2 pessoas por 100 mil habitantes; em 2017 = 65.602 mortes violentas, com 31,6 pessoas por 100 mil habitantes. 5.200 homicídios foram todos os cometidos no continente europeu em 2007, ou seja, menos de 10% daqueles ocorridos no Brasil.

Entre tantas causas que buscam explicar o crescimento e a consolidação das formas criminosas de violência e de corrupção, encontramos, de imediato, o costumeiro rosário econômico: desemprego e falta de perspectivas de sobrevivência material, precarização do trabalho e brutal concentração de renda, precariedade ou mesmo progressiva exclusão de serviços públicos (saúde, previdência, habitação, segurança pública) – o que também significa uma grave limitação ou mesmo a supressão da cidadania substantiva – além da economia expandida do narcotráfico, dado os

aumentos de produção e de consumo de drogas. Recente pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003) concluiu, por exemplo, que metade da população mundial vive com até dois dólares por dia. Como se os que sobrevivessem com três ou quatro se encontrassem em situação de dignidade. E a se prosseguir em tal ritmo de pauperização, de abolição de perspectivas socioeconômicas e simultâneo apelo ao consumo, é bem provável que o regime caminhe, de maneira insana, para a sua autodestruição. Tal perspectiva não é fruto de uma visão tradicionalmente marxista ou anticapitalista, mas sugerida por um defensor da economia liberal, quem, ao afrontar o nazismo na década de 1930, advertiu seus pares com as seguintes recomendações: “Quaisquer que sejam as tendências ou correntes políticas escolhidas como exemplos, descobriremos que elas sempre semeiam a sua destruição quando perdem a noção de medida e ultrapassam seus limites. Um sistema econômico livre não é uma exceção: e somente florescerá e poderá ser defendido como parte de uma ordem muito mais abrangente, envolvendo a ética, a lei, as condições naturais da vida e da felicidade, a política, o Estado e o poder dividido”.<sup>3</sup>

Recentemente, André Gorz, em um de seus últimos livros (*Misères du Présent, Richesse du Possible*, Galilée, 1997), e apesar de uma proposição final otimista, não deixa de mencionar a possibilidade de alcançarmos o estágio de uma “não-sociedade”, na qual se dissolveriam todos os laços tradicionais de convívio social, a começar pelo trabalho, definido, até há pouco tempo, como eixo central das organizações material e espiritual da vida. Entre os aspectos negativos e mais evidentes da economia política

---

<sup>3</sup> Wilhelm Röpke, *The Economics of the Free Society*, Chicago, Henry Regnery, 1963.

contemporânea está a geração de “massas inúteis”, sem outros meios de vida senão o recurso à mendicância ou a delitos persistentes.

No que se refere ao crime organizado (principalmente no Brasil), tudo indica que ele se configure como ação permanente de grupos hierarquizados, os quais detêm a capacidade de acumular instrumentos de força e de demonstrá-la tanto do ponto de vista territorial ou sociogeográfico (imposição sobre outros grupos e setores em áreas próximas ou mesmo afastadas), quanto político e institucional (enfrentamento, intimidação ou aliciamento de agentes públicos de qualquer natureza e poder institucional). Por seu intermédio, todos os objetivos se fundiram: os econômicos, os financeiros, os políticos, os sociais e os axiológicos. E, simultaneamente, suas formas de organização e de ação: narcotráfico, guerrilha, terrorismo, lavagem de dinheiro, golpes financeiros, roubo, assalto, sequestro, latrocínio e *lobbies* de várias naturezas e capacidades de infiltração. O legal e o ilegal convivem promiscuamente ou se tornam parceiros nas entrelinhas jurídicas, enquanto os crimes organizado e difuso (este aqui cometido por pessoas ou grupos pouco aparelhados e que agem de modo intermitente) passam a diferir apenas em extensão, isto é, em seus respectivos graus de alcance.

Para essas organizações, evidentemente, a ideia de vida, como bem supremo, não possui grande significado. O único que talvez se conserve seja o de valor-de-troca, mas aproximado ao de resgate. E a ideia de bem pessoal, como propriedade, converte-se em butim. Em seus lugares, valorizaram-se a ação da violência, a do ganho e a da conquista a qualquer custo, a imposição brutal da vontade e a concorrência com outros poderes legalmente constituídos ou não.

No âmbito mais amplo da cultura e das mentalidades, nos deparamos com o abandono ou o fracasso da educação tradicional das humanidades e a falência da educação moderna e utilitarista para o trabalho, fenômeno que se reflete no descompasso entre as ofertas educativas e as de emprego, ou entre a titulação e a ocupação real. Mas também com o vício prematuro e o consumo generalizado de drogas, com os efeitos psicóticos deles decorrentes, com a perda ou a insignificância de referenciais éticos (corrupção, concussão, subornos), a indistinção entre o público e o privado, além da indulgência ou permissividade legislativa, judiciária, policial ou carcerária para com crimes e criminosos. Assiste-se ainda à evolução de uma certa patologia ou declínio da participação política, visível nas situações de apatia e de abstencionismo tanto em instituições representativas da sociedade civil (sindicatos, partidos e associações), quanto em momentos de eleições.

Criam-se então situações cotidianas e generalizadas de intimidação, de insegurança e de incapacidades institucionais que caracterizam a nossa contemporânea *cidadania do medo*. Aquela em que as relações ou as mediações sociais acontecem sob forte tensão e desconfiança, em que os cidadãos pressentem a possibilidade permanente de sua *vitimização* – física e socioeconômica -, em que o espaço público, por definição aberto, tende a se arruinar e a fragmentar-se em espaços privados e, portanto, confinados e excludentes. Corresponde ainda a um quadro de desagregação de laços de solidariedade, ou seja, ao de fragilização de garantias constitucionais e trabalhistas, típico dos Estados de Bem-Estar Social. Sob outros impulsos e razões, poderíamos repetir, subjetivamente, o primeiro devaneio de Rousseau: “Eis-me, portanto,

sozinho na terra, tendo-me apenas a mim mesmo como irmão, próximo, amigo, companhia”.<sup>4</sup>

Mas podemos ainda nos lembrar, agora de um ponto de vista objetivo, de Alessandro Manzoni. Em *Os Noivos*,<sup>5</sup> o autor comenta uma situação típica do século XVII italiano, que hoje ainda podemos experimentar com o mesmo vigor: “Não era que faltassem leis contra as arbitrariedades privadas. Sobravam, pelo contrário, sanções e penas exorbitantes para toda sorte de delitos... Mas, a despeito disso, serviam apenas para atestar a impotência de seus autores, quando não agravavam os vexames dos cidadãos mais pacatos. A *impunidade organizada* tinha raízes que as sanções não logravam abalar”. Ou seja, a contrapartida do crime organizado, entre nós, confunde-se com a tolerância irresponsável ou mesmo conivente das autoridades incumbidas de legislar e aplicar as leis.

Em paralelo a tal estado de coisas, desenvolve-se a difusão simbólica da violência e de sua *glamorização*, realizada pelos meios onipresentes de comunicação de massa e de promoção de espetáculos. Por ser passível de reprodução múltipla e de tratamento lúdico, agônico, converte-se ela (ao lado da pornografia) em mercadoria de consumo fácil e excitante. Esse fato amplia a ressonância social dos comportamentos e ambos os fenômenos tornam-se então *educativos*, no sentido neutro de uma transmissão de forma de vida, de atitudes e de valores. Quer dizer, reafirmam uma cultura que é, ao mesmo tempo, de hostilidade ou de agressividade banalizadas e de *fun morality* (a do narcisismo e a do prazer imediato), facilmente perceptível nas ruas ou nas relações primárias ou formais de todas as classes. Em primeiro lugar, na linguagem

---

<sup>4</sup> *Os Devaneios do Caminhante Solitário*, Brasília, Ed. UNB, 1986.

<sup>5</sup> Abril Cultural, S. Paulo, 1971.

áspera, pobre, irônica, chula e sexualizada (a série de palavras obscenas numa conversa é quase inumerável) mesmo quando se pretende amigável ou cordial. Se usarmos a argumentação de Wittgenstein (o das *Investigações Filosóficas*<sup>6</sup>), haveremos de convir que este “jogo de linguagem” (*Sprachspiel*) – tipo de fala, vocabulário e sentido – que é simplista e brutalizado, corresponde a uma “forma de vida” com características idênticas. Assim é que um de seus aforismos (‘23) propõe: “O falar da linguagem é parte de uma atividade (*Tätigkeit*) ou de uma forma de vida (*Lebensform*)”. Esse declínio, conquanto apenas iniciado, já houvera sido percebido, em meados do século XX, por Arnold Gehlen, que assim o analisou: “Na rubrica do primitivismo dever-se-á, por fim, descrever ainda outro estranho fenômeno da vida cultural moderna, que é a decadência da sutileza do pensamento no domínio linguístico. Faltam, em vastos círculos, as figuras de pensamento ricas de alusões e de conexões, falta a riqueza expressiva do indizível, os requintes estilísticos, as rigorosas concepções com seus tons superiores; tudo tem de ser apresentado de maneira sumária, acessível, mnemônica, taxativa”.<sup>7</sup>

Por intermédio da linguagem contemporânea, o trato interpessoal abole as diferenças de sexo, de idade ou de papel social, e nega, conseqüentemente, a percepção e o significado daquelas distinções. As múltiplas individualidades, por exemplo, são tratadas todas sob uma só categoria, a de “tio/tia”, ou, simplesmente, “mano/brother/ô meu”.

Mais grave, no entanto, é sugerir a existência de outra relação na ordem da cultura, ou de um estágio já avançado de declínio (de uma civilização tardia). O que se quer dizer é que a situação atual nos

---

<sup>6</sup> Vozes, Rio de Janeiro, 1996.

<sup>7</sup> *A Alma na Era da Técnica*, LBL Enciclopédia, 1959.

remete à seguinte concepção, feita pela psiquiatria transcultural (Arthur Kleinman, Byron Good, por exemplo): *a de que uma sociedade doentia exige de seus indivíduos, ou ao menos de grande parte de seus constituintes, atitudes adequadas à anormalidade mental e comportamental que também lhe caracteriza*. Ou seja, o padrão de normalidade é dado pela enfermidade da qual se padece. Um entendimento que nos faz retroceder a Cícero (aqui citado por Montaigne em seus *Ensaíos*): “familiarizados com as coisas que cotidianamente vemos, não as admiramos mais e não procuramos entender as causas disso”. A violência e o medo encontram-se tão entranhados em nosso cotidiano que não os vemos mais – indivíduos e autoridades – como anomalias.

Por isso, não podemos nos esquecer igualmente do trânsito alucinado e irresponsável do dia-a-dia (43.870 mortes em 2014 e, apesar da redução, 37.345 mortes em 2016, em todo o país, segundo dados do Ministério da Saúde); das aparências voluntariamente provocativas do vestir e do andar; das atitudes reiteradas de vandalismo, depredação e pichação de bens públicos ou privados e do acúmulo de lixo jogado voluntariamente em vias urbanas, estradas, cursos de água e praias.

A cultura da violência significa que as manifestações reais e virtuais (estas aqui crescentes, pois seus autores se julgam incólumes à justiça) de força, dano, desafio, desrespeito e irresponsabilidade perante o outro, que em casos extremos chegam ao justicamento sumário, constituem comportamentos usuais de uma guerra não declarada formalmente *que ocorre tanto no interior da sociedade civil quanto entre a sociedade civil e o Estado*.

Os aspectos da realidade que se refletem em nossos imaginários podem ser perfeitamente distinguidos então quando comparamos

duas situações ficcionais de marginalidade infanto-juvenil, separadas por cerca de setenta anos. Referimo-nos, de um lado, à malandragem, à vida de furtos, à revolta social presente em *Capitães de Areia* (de Jorge Amado), cujas consequências não chegam a extirpar, do horizonte de perspectivas, as vocações anunciadas; de outro, à espantosa gravidade, cinismo e impasse absoluto das personagens de *Cidade de Deus* (de Paulo Lins, posteriormente adaptado para filme por Fernando Meirelles). Entre uma e outra obra, viaja-se da aspereza da vida ao completo barbarismo. Hoje, e anualmente, só no Estado de São Paulo (entre 1999 e 2002), os fatos notificados à Secretaria de Segurança Pública, que mostram apenas o dorso do tubarão, ascendem a mais de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil), entre homicídios e tentativas de morte, lesões corporais, estupros, latrocínios, tráfico de entorpecentes, roubos e furtos.

Intoxicados pela letargia generalizada do pensamento contemporâneo, admitimos a pobreza como padrão de normalidade socioeconômica, a ignorância como manifestação de verdade e o espontaneísmo como pureza de espírito (há gramáticos e professores de português para os quais não mais existem erros, pois todas as elocuições são igualmente corretas. Logo, não necessitamos mais de profissionais nesta área de ensino). Admitimos também a ação voluntária como substitutiva das relações formais e protegidas de trabalho e o absoluto relativismo ético-moral como atributo indispensável da liberdade pessoal, pois a ninguém mais devemos satisfações por nossos atos e propósitos.

Tudo nos leva, finalmente, a uma contradição de termos. Ou seja, *naturalizamos*, no universo cultural, os conflitos inatos que a ideia de civilização sempre acreditou reduzir. Cansados de sublimações

psíquicas, regredimos a situações primárias da horda primitiva e abrimos as portas ao livre curso de todas as pulsões. Se em 1929 Freud chegou a atribuir a sensação de “Mal-Estar na Cultura” ou na Civilização (*Das Unbehagen in der Kultur*) às repressões e necessárias reconversões libidinais, hoje, provavelmente, ficaria surpreso, e talvez chocado, com os resultados de todas as liberações mentais, econômicas, morais e sensitivas que agora praticamos e idolatramos. Em obra anterior<sup>8</sup>, já escrevera a respeito: “Mas quão ingrato e, principalmente, quão imprudente é o esforço pela abolição da civilização! O que resta, sem ela, é o estado de natureza, muito mais difícil de ser suportado. É certo que a natureza não exige de nós qualquer restrição dos impulsos, antes no-los-consente; mas tem ela também a sua maneira eficaz de restringir-nos e mata-nos, fria, cruel, implacável, exatamente pelos motivos de nossas satisfações”.

Hoje, ao sul do Equador, vivemos não só o século XVII europeu, mas ainda aplicamos a nós mesmos duas outras teses. A primeira é a de Samuel Huntington: “O Ocidente conquistou o mundo não pela superioridade de suas ideias, valores ou religião (à qual poucos membros de outras civilizações se converteram), mas, principalmente, pela superioridade na aplicação da violência organizada”.<sup>9</sup>

A outra encontra-se expressa na *Ética*, de Spinoza: “XLVII - As afecções de esperança e de medo não podem ser boas por si mesmas (*Spei et metus affectus non possunt esse per se boni*).

Demonstração - Não há afecções de esperança e de medo sem tristeza. Pois o medo (pela definição 13 das afecções) é uma tristeza e não há esperança sem medo (ver explicações 12 e 13 das

---

<sup>8</sup> *O Futuro de uma Ilusão*, Obras Completas, vol. X, Ed. Delta, 1954.

<sup>9</sup> *El Choque de Civilizaciones*, Barcelona, Paidós, 1997.

afecções); daí que essas afecções não podem ser boas por si mesmas, mas só quando podem constranger um excesso de alegria (pela proposição 43).

Escólio - A isso se acrescenta que essas afecções indicam defeito de conhecimento e impotência da mente”.<sup>10</sup>

Eis por que o Brasil tem sido, mais efetivamente ainda nas últimas décadas, o “país da esperança”.

---

<sup>10</sup> *Obras Completas*, Vol. IV, Ed. Perspectiva, S. Paulo, 2014.